

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 14 a 18 de outubro, em Brasília.

Relator deve dar o pontapé nas discussões da Reforma Tributária na CCJ. O senador Eduardo Braga (MDB/AM) deve apresentar nesta quarta-feira (16) o cronograma de trabalho do principal projeto de regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A expectativa é que a matéria seja votada na CCJ e no Plenário do Senado no mês de novembro, seguindo um compromisso firmado entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), e o da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), para que o projeto seja analisado até o fim deste ano no Congresso Nacional. Em razão das eventuais mudanças que devem ser promovidas, os senadores buscam garantir um texto consensual com os deputados, a fim de evitar que as modificações sejam simplesmente rejeitadas pela Câmara.

Ainda que o Congresso aprove o PLP 68/2024 neste ano, projeto do Comitê Gestor do IBS (PLP 108/2024) ainda preocupa. Embora o texto-base já tenha sido aprovado pelo Plenário da Câmara, itens polêmicos ainda seguem pendentes de votação, como é o caso da possibilidade de incidência do ITCMD sobre **atos societários que resultem em benefícios desproporcionais** para sócio ou acionista praticados por liberalidade e sem justificativa negocial passível de comprovação, incluindo **distribuição desproporcional de dividendos**, cisão desproporcional e aumento ou redução de capital a preços diferenciados. Após a

votação ser concluída na Câmara, o PLP 108/2024 ainda precisará ser discutido e votado no Senado, o que aumenta as chances de que fique apenas para 2025.

Com foco na pauta econômica, propostas críticas ao STF não devem ser prioridade. Após a CCJC da Câmara aprovar matérias que buscam limitar a atuação do STF, prevendo, por exemplo, que decisões da Corte possam ser revisadas pelo Congresso e limitando decisões monocráticas de seus ministros, somente essa última deve avançar no curto prazo, inclusive por já ter sido aprovado pelo Senado em 2023. As demais matérias ainda não têm maioria entre os parlamentares e não devem ser priorizadas até o fim do ano.

Enquanto isso, sucessão na Câmara segue aberta. Desde a sinalização de apoio de Arthur Lira à pré-candidatura de Hugo Motta (REP/PB) para a presidência da Câmara, os principais partidos de centro ainda não chegaram a um consenso. Isso porque Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) e Antonio Brito (PSD/BA) resistem a abandonar o pleito e formaram uma aliança contra Motta. Além disso, Brito pretende usar as coligações formadas entre o PSD e o MDB nas eleições municipais, especialmente em São Paulo e Belém, como argumento para obter o respaldo do partido, que também tem como postulante ao cargo Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL).

Destaque da Semana

Segunda

- Comitativa do governo brasileiro viaja à Pequim para afunilar acordos que serão anunciados pelo presidente chinês, Xi Jinping, durante sua visita ao Brasil em novembro. Os temas em discussão incluem investimentos na transição energética e infraestrutura, como o programa de integração transoceânica do Ministério do Planejamento;
- Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- Conferência Internacional "China-Brazil Cooperation and Global Governance";
- Evento Macro Vision - Macroeconomia e Mercado Financeiro;

- 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) - Biomas do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais;
- Congresso de Direito Digital, Tecnologia e Proteção de Dados 2024;
- Posse das Diretorias FIRJAN e CIRJ 2024-2028.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, nesta segunda (14), da cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida no Residencial Cidade Jardim I Módulo IV, em Fortaleza/CE; e a tarde esteve presente na cerimônia de entrega de novos ônibus escolares do Ministério da Educação para o município do Ceará. Ainda no mesmo dia, viajou a Natal para anúncio de investimentos do governo federal no estado. Além disso, participa de evento político com a candidata do PT à prefeitura da cidade, Natália Bonavides. Na quinta (17), o presidente anuncia a expansão do programa Pé de Meia, já na sexta (18) fará o lançamento do Programa Acredita para a concessão de crédito para microempreendedores.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (14), de reunião com o Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Na sequência se encontrou com a Presidente da Petrobras, Magda Chambirard. No final da tarde estará presente na posse da nova Diretoria da Federação das Indústrias (FIRJAN CIRJ) do estado do Rio de Janeiro. A noite concede entrevista ao programa Roda Viva.

Casa Civil

Agenda do ministro – **Rui Costa** participa no decorrer dessa semana, junto a comitiva de governo, de missão em Pequim com o objetivo de afunilar acordos a serem anunciados pelo chefe do estado chinês, Xi Jinping, em sua vinda ao Brasil em novembro. A disposição dos participantes é fechar uma participação mais robusta da China em investimentos industriais na área da transição energética e em infraestrutura, como o programa de integração transoceânica coordenado pelo Ministério do Planejamento.

MCTI

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos**, neste final de semana, junto a Embraer e FINEP, firmou um acordo de R\$ 126,7 milhões para impulsionar tecnologias de aviação sustentável, parte do programa “Mais Inovação Brasil”. Nesta segunda (14) visitou o Ecoparque da Orizon e a Unidade de Triagem Mecanizada de Jabotã (PE) para tratar sobre a funcionalidade do aterro sanitário de resíduos sólidos da região.

A partir de segunda (14), as unidades de pesquisa vinculadas ao MCTI irão promover a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em diversas cidades do país para tratar sobre a temática Biomas do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais”, com o objetivo de destacar a biodiversidade brasileira, os conhecimentos tradicionais e o papel da tecnologia social no desenvolvimento sustentável. A programação inclui palestras, oficinas, exposições e atividades interativas voltadas a estudantes e ao público em geral, com foco na divulgação científica e no incentivo ao conhecimento.

ANATEL

A Anatel realizará, na quinta-feira (17), a **937ª Reunião do Conselho Diretor**, cujo início está previsto para 15h, por meio de videoconferência e transmitida

Agência Nacional de Telecomunicações	<p>no canal da Anatel no YouTube. Dentre os itens da pauta, destacamos: (i) Proposta de Plano de Ação para a ampliação do uso do protocolo IP - Versão 6 (IPv6) nas redes de telecomunicações brasileiras; (ii) proposta de interpretação normativa visando a adoção dos procedimentos necessários para operacionalização da implementação da política pública pretendida pelo Ministério das Comunicações (Mcom), por meio da concessão de benefícios fiscais com fundamento na Lei nº 9.998/2000; (iii) proposta de criação da Superintendência Executiva e previsão da Gerência de Planejamento Estratégico em sua estrutura, alterando o Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612/2013, objeto do item 22 da Agenda Regulatória para o Biênio 2023-2024.</p> <p>A Agência divulgou nesta segunda (14), por meio do SEI, o relatório final sobre o poder social dos serviços digitais. O estudo, iniciado em 2022, corresponde à Meta 8 do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (TED), firmado entre o Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead) e a Universidade de Brasília (UnB), sobre novos Desafios Regulatórios do Ecossistema Digital.</p>
MD Ministério da Defesa	<p>Agenda do ministro – José Múcio participou, nesta segunda (14), da abertura da XVI Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA), em Mendoza, na Argentina.</p>
MDHC Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	<p>Agenda do ministro – Macaé Evaristo compareceu, neste final de semana, à feira Agroecológica Ponta Norte onde participou da inauguração do Espaço Digital Comunitário. O projeto tem como objetivo oferecer acesso gratuito à internet para os feirantes e frequentadores do local. Participou ainda da roda de conversa com o tema “Direitos Humanos: Conquistas e desafios do governo Lula”.</p>
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	<p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Montevideu (Uruguai) – CCVII Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul – CCM.
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<p>Agenda do presidente – Aloizio Mercadante esteve no Rio de Janeiro nesta segunda-feira (14), onde participou de uma reunião-almoço com representantes do Poder Público e da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que contou com a presença do Presidente, Ricardo Alban. Mercadante também esteve na abertura da Conferência Internacional “China-Brazil Cooperation and Global Governance”, organizada pelo CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), no BNDES RJ. Além disso, participou da Cerimônia de Posse das Diretorias da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do RJ) e CIRJ (Centro Industrial do RJ) para o período de 2024-2028.</p>
MF Ministério da Fazenda	<p>Agenda do ministro– Fernando Haddad participou, nesta segunda (14), da Conferência Itaú Macro Vision, promovido pelo Itaú Unibanco, em São Paulo.</p> <p>Além disso, reuniu-se com o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. Mais tarde, reuniu-se com o presidente Lula.</p> <p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Washington (EUA) - 5th Finance and Central Bank Deputies Meeting e 45h G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting;

- ✓ Nova Iorque (EUA) – BRASA Summit Américas 2024;
- ✓ Washington (EUA) – Reuniões Anuais de 2024 e outras reuniões auxiliares relacionadas ao FMI e do Grupo Banco Mundial.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente substituto – Otávio Damaso. participou, nesta segunda (14), de audiência com diretores da Math e da Febraban. Depois participou da LiveBC sobre o Open Finance, com transmissão pelo Canal do BC no YouTube.

Ainda, palestrou sobre “Open Finance, Banking as a Service e Tokenização de Ativos, em evento da Opice Blum Academy.

Agenda dos diretores – O futuro presidente do BC, **Gabriel Galípulo**, participou, nesta segunda (14), do evento Itaú Macro Vision, promovido pelo Itaú Unibanco, em São Paulo.

O diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos, participou de audiência, por videoconferência, com representantes da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) e, mais tarde, de audiência com Milton Maluhy, CEO do Itaú, e equipe. Nesses dois compromissos, foi acompanhado pelo diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes.

Gomes também participou de audiência com dirigentes do Nubank e, em seguida, reunião com dirigentes do Mercado Pago.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 diminuiu para US\$ 80,00 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumentou para 4,39%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 3,01%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 11,75% pela segunda semana consecutiva. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 permaneceu em R\$ 5,40 pela quarta semana seguida.

SERPRO
Serviço Federal de
Processamento de Dados

Agenda do diretor-presidente – **Alexandre Amorim** teve, nesta segunda (07), despachos internos em Brasília.

ANPD
Autoridade Nacional de
Proteção de Dados

Agenda dos diretores – **Arthur Pereira Sabbat** participa, nesta semana, do Congresso de Direito Digital, Tecnologia e Proteção de Dados 2024.

MM
Ministério das Mulheres

Agenda da ministra – **Cida Gonçalves** participou, nesta segunda-feira (14), da 8ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizada em Luziânia (GO).

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Plenário do Congresso Nacional** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** convocou sessão para quarta-feira (16), mas ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o [PL 6120/2019](#) (*Inventário Nacional de Substâncias Químicas*); e o [PL 1533/2023](#) (*uso das faixas de domínio ao longo das rodovias*).

Comissões

**ECONOMIA E
TRIBUTAÇÃO**

Reforma Tributária

Senado | CAE | Terça (15) | 14h00

Audiência Pública – A Comissão de Assuntos Econômicos realiza, nesta semana, audiência pública para debater os impactos da Reforma Tributária em relação a “Transição e Fiscalização”, que deverá contar com a participação, entre outros, do Auditor-Chefe da AudFiscal do Tribunal de Contas da União (TCU), **Alessandro Aurélio Caldeira**; do Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), **Marcus Pestana**; do Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO), **Isac Moreno Falcão Santos**; assim como do Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA), **Thales Freitas Alves**.

Senado | CAE | Quarta (16) | 14h00

Audiência Pública – A Comissão de Assuntos Econômicos realiza, nesta semana, audiência pública para debater os impactos da Reforma Tributária em relação a “Transição e Fiscalização”, que deverá contar com a participação, entre outros, do Presidente da Federação Brasileira dos Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do DF (Febrafisco), **Marcos Sérgio Ferreira Neto**; do Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), **Rodrigo Keidel Spada**; assim como de representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Movimento Brasil Competitivo (MBC).

Política

CCJ da Câmara deve pautar proposta que muda tamanho de bancadas. Após o avanço do pacote de medidas que buscam limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF) e com a expectativa de aprovação nas próximas semanas do projeto que anistia participantes de manifestações com teor golpista, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já tem uma nova pauta polêmica. Está no radar do principal colegiado da Câmara a proposta que prevê que o tamanho das bancadas seja alterado de acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2022. Caso o texto avance no Congresso, sete bancadas estaduais teriam acréscimo no número de integrantes, enquanto outras sete perderiam cadeiras. Ao Valor, a presidente da CCJ, Caroline

de Toni (PL-SC), afirmou que o tema será tratado como prioridade nos últimos meses do ano pela comissão até para evitar que a Justiça Eleitoral se debruce sobre o assunto alegando omissão do Legislativo. “Vai ser uma prioridade nossa. Se não regulamentarmos, o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] vai fazer”, disse Caroline. [Fonte:](#) Valor Econômico

Economia

Pacheco prevê regulamentação da reforma tributária até dezembro. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou no sábado (12) que a regulamentação da reforma tributária ainda encontra divergências no setor público e no privado, mas adiantou que a matéria deve ser aprovada ainda em 2024. Em entrevista coletiva em Roma, na Itália, onde participou do II Fórum Esfera Internacional, Pacheco disse que tem apelado para que a matéria seja pautada “no espírito de ceder e não de conquistar”. — Vamos nos debruçar sobre o tema no decorrer de outubro e ao longo de novembro e estamos otimistas de termos essa aprovação até o fim do ano, para que possamos virar essa página, aguardar o período de transição e fazer valer um sistema tributário melhor do que o anterior. É nisso que verdadeiramente acreditamos. Uma vez feita a reforma tributária, vamos tratar sobre a outra ponta, que é o gasto público: Que ele seja eficiente, otimizado, mais enxuto, [para termos] um Estado mais necessário. Esse também é o papel da política pós reforma tributária, e o compromisso que também temos de assumir com o povo brasileiro. [Fonte:](#) Agência Senado

Governo Lula “abandonou” perseguir o centro da meta fiscal, diz IFI. O diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, Marcus Pestana, disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) “abandonou” a perseguição do centro da meta fiscal de 2024, de zerar o déficit primário. O rombo nas contas públicas foi de quase R\$ 100 bilhões no acumulado de janeiro a agosto. Pestana falou com o Poder360 após publicada a entrevista exclusiva com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que disse que seria necessário um controle mais consistente dos gastos obrigatórios. [Fonte:](#) Poder 360

Lula viaja a quatro Estados e Senado deve retomar reforma tributária esta semana. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá agendas em quatro capitais ao longo da semana. A última escala é em São Paulo, onde o presidente fará o lançamento do Programa Acredita, voltado para concessão de crédito para microempreendedores. No Legislativo, o destaque é o Senado. Há uma expectativa de que Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma tributária na Casa, apresente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um plano de trabalho na quarta-feira (16) para a tramitação do primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a reforma. Na Câmara por enquanto não há previsão de votações em plenário nem sessões em comissões parlamentares. O presidente Arthur Lira (PP-AL) não vem indicando intenção de convocar sessões até o segundo turno das eleições municipais, dia 27. [Fonte:](#) Valor Econômico

STF mantém alíquotas de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter os percentuais de 0,65% para o PIS e 4% para o COFINS aplicados desde o ano de 2015 sobre as receitas financeiras. Todos os ministros acompanharam o relator, o ministro Cristiano Zanin, que afastou a aplicação do princípio constitucional da anterioridade - prazo de 90 dias ou um ano para a cobrança de um tributo majorado - após uma redução e posterior restabelecimento das alíquotas. No processo, a Advocacia-Geral da União (AGU) estimava, em caso de derrota da União, impacto de R\$ 6 bilhões ao ano para os cofres públicos. Porém, uma nota técnica da Receita Federal chegou a um valor bem menor, de R\$ 1,4 milhão. O órgão calculou o impacto orçamentário para os três meses da chamada noventena, que é o período analisado nas ações judiciais. Para tributaristas, o resultado do julgamento relativiza a aplicação da anterioridade, considerada cláusula pétrea pelo próprio STF, por garantir a segurança jurídica e o direito à não surpresa na seara tributária. Realizada no Plenário Virtual, a discussão terminou na sexta-feira, 11. [Fonte:](#) Valor Econômico

Mercado eleva projeção da inflação e crescimento do PIB em 2024. Os agentes do mercado financeiro aumentaram de 4,38% para 4,39% a estimativa da inflação de 2024, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Esta foi a 2ª semana seguida de alta. Já a estimativa do PIB aumentou de 3,0% para 3,1%. Os dados são do Boletim Focus, divulgado na 2ª feira (14.out.2024) pelo Banco Central. A

meta de inflação é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais e para menos. A autoridade monetária disse, em setembro, que a probabilidade de a inflação ficar acima de 4,5% em 2024 é de 36%. Para 2025, os analistas diminuíram de 3,97% para 3,96% a estimativa da inflação. A projeção da taxa básica de juros, a Selic, aumentou para 11% em 2025, ante os 10,75% da última semana. No câmbio do dólar, as estimativas dos analistas para 2024 permaneceram estáveis pela 4ª semana seguida, com o preço a R\$ 5,40. Para 2025, o mercado aumentou a projeção de R\$ 5,39 para R\$ 5,40. A estimativa dos agentes financeiros para o PIB do Brasil de 2025 permaneceu inalterada em 1,93%. [Fonte:](#) Poder 360

Haddad: Brasil pode crescer acima de 2,5% com agenda propositiva, sem desequilíbrio. A economia brasileira tem seu crescimento represado desde 2015 e não há motivos para não mirar uma taxa de crescimento parecida com a economia mundial a partir de agora, avaliou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Temos um conjunto de projetos de investimentos represados há muito tempo, com altas taxas de retorno, oportunidades à vista de todos. Temos o interesse internacional, que vem atrás de vantagens competitivas que têm a ver com nossa matriz produtiva e energética, em particular”, disse Haddad, que participou de um evento do Itaú Unibanco na manhã da segunda-feira. “Não tem por que não mirar taxa de crescimento no mínimo igual à média mundial. Penso que o Brasil pode, continuando uma agenda propositiva, mirar uma taxa média acima de 2,5% sem nenhum risco de desequilíbrios importantes.” Questionado sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal, tema que segue no centro da preocupação dos analistas, o ministro elencou mudanças que devem ajudar na tarefa, como a maior sensibilidade do Judiciário às consequências econômicas de suas decisões, a ampliação da abrangência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que passou a ser aplicada também a decisões do Legislativo, e as negociações para trazer a dinâmica das emendas parlamentares para dentro dos limites do arcabouço. [Fonte:](#) Valor Econômico

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na quarta (16), o Plenário do STF se reúne para julgar, presencialmente, dentre outras, a [ADI 3901](#), sobre a validade de uma Lei do Pará que fixou período para a realização das provas de concursos públicos e exames vestibulares; a [ADI 7442](#), contra trechos da Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005), que inclui as cooperativas médicas operadoras de planos de saúde no regime de recuperação judicial; a [ADPF 787](#), sobre a atenção à saúde primária de pessoas transexuais e travestis; a [ADPF 347](#), que visa reconhecer o estado de inconstitucionalidade do sistema penitenciário brasileiro; o [RE 1133118](#), que discute a constitucionalidade da nomeações de parente para o exercício de cargo político; e o [RE 1301250](#), sobre decretação judicial da quebra de sigilo de dados telemáticos de um conjunto não identificado de pessoas. Já na quinta (17), a [ADI 2135](#), que questiona contratação de servidores públicos via CLT; e a [ADI 4395](#), que questiona norma que passou a exigir do empregador rural pessoa física o pagamento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta proveniente da comercialização de seus produtos, em substituição à contribuição sobre a folha de salário de seus empregados. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

Último Foco

Sancionada lei que facilita empréstimos para pequenos negócios. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou com vetos na quinta-feira (10) a lei que torna definitivos diversos programas que facilitam o empréstimo bancário para pequenos negócios e para pessoas de baixa renda que desejam iniciar seu primeiro negócio. A [Lei 14.995, de 2024](#), entrou em vigor na sexta-feira (11), após ser publicada no Diário Oficial da União (DOU). [Fonte:](#) Agência Brasil

CAE analisa projeto que torna permanente fundo garantidor do Pronampe. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisará na terça-feira (15), a partir das 10h, nove propostas, entre elas o projeto de lei ([PL 6.012/2023](#)) que assegura recursos para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Após passar por votação em turno suplementar na comissão, o texto seguirá

para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja apreciado no Plenário do Senado. De autoria dos senadores da bancada de Santa Catarina, Esperidião Amin (PP), Jorge Seif (PL) e Ivete da Silveira (MDB), a proposta tem por objetivo dar condições de sustentabilidade ao programa, com a manutenção do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que fornece garantia aos empréstimos feitos pelo Pronampe. O relator é o senador Laércio Oliveira (PP-SE). [Fonte:](#) Agência Senado

Banco Central começa a receber propostas para segunda fase do Drex. A partir de segunda-feira (14) até 29 de novembro, as empresas interessadas em participar da segunda fase de testes do Drex, versão digital do real, poderão enviar propostas ao Banco Central (BC). Os testes se concentrarão no desenvolvimento de negócios vinculados a smart contracts (contratos inteligentes). “Poderão participar do projeto-piloto instituições atuantes no mercado financeiro que necessariamente tenham a capacidade de testar o modelo de negócios proposto, incluindo transações de emissão, de resgate ou de transferência de ativos, bem como de executar a simulação dos fluxos financeiros decorrentes de eventos de negociação, quando aplicável ao caso em teste”, informou o Banco Central em nota. Gerados pela tecnologia blockchain, utilizada nas criptomoedas, os contratos inteligentes são programas que executam automaticamente os termos e as condições de um contrato, assim que ele for ativado. As ações, como transferências de dinheiro, pagamentos, registros, multas por atrasos, ocorrem automaticamente, diminuindo etapas burocráticas, como escrituras e assinaturas em cartório, o que reduz custos e melhora a eficiência. [Fonte:](#) Agência Brasil

92% dos estabelecimentos de saúde brasileiros estão digitalizados, diz pesquisa. De prontuários digitalizados ao uso de inteligência artificial, os sistemas eletrônicos foram utilizados por 92% dos estabelecimentos de saúde no Brasil no último ano, segundo o levantamento de tecnologias da informação e comunicação TIC Saúde, divulgado na sexta-feira (11). O estudo do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil), órgão vinculado à Unesco, mostra, no entanto, que apenas 23% dos profissionais da área estão capacitados para lidar com os serviços modernizados. Se comparado ao mesmo levantamento do ano anterior, o número de estabelecimentos com algum tipo de sistema eletrônico este ano é 5% maior e, em UBSs (Unidades Básicas de Saúde), o crescimento foi ainda mais expressivo, saltando de 89% para 97% nos últimos dois anos. [Fonte:](#) Valor Econômico

Anatel publica relatório de estudo sobre o poder social dos serviços digitais. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou, por meio do SEI, o relatório final sobre o poder social dos serviços digitais. O estudo, iniciado em 2022, corresponde à Meta 8 do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (TED), firmado entre o Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead) e a Universidade de Brasília (UnB), sobre novos Desafios Regulatórios do Ecosistema Digital. A parceria com a UnB é coordenada pelo Cead, think tank de pesquisa científica e diálogo acadêmico no setor de comunicações digitais e inovações tecnológicas. O presidente do Cead e conselheiro diretor da Anatel, Alexandre Freire, destaca a importância do estudo: “O poder transformador dos serviços digitais sobre a sociedade vai além das fronteiras tecnológicas. Ele toca diretamente nos pilares do desenvolvimento sustentável, como previsto na Agenda 2030 da ONU.” [Fonte:](#) Agência Brasil

Computadores para Inclusão é tema de evento no RJ sobre exemplo e gestão correta de resíduos eletrônicos. O Ministério das Comunicações participou na segunda-feira (14), no Rio de Janeiro (RJ), do VII IEWD (Evento comemorativo ao Dia Internacional dos Resíduos Eletroeletrônicos). O programa Computadores para Inclusão, administrado pela pasta, e que já doou mais de 49 mil máquinas para áreas rurais e remotas do país, em especial para escolas públicas, foi um dos destaques. Representando a pasta, o coordenador-geral de Inclusão Digital, Gustavo André Fernandes, participou do primeiro painel: Centro de Recuperação de Computadores (CRCs) e a Gestão dos Resíduos Eletroeletrônicos (REEE). Na ocasião, falou sobre os impactos ambientais e referência de gestão do programa. “O Programa Computadores para Inclusão, não apenas tem um impacto positivo em relação à inclusão digital, mas também é um programa referência na gestão e tratamento de resíduos eletroeletrônicos no Brasil.” [Fonte:](#) ASCOM MCOM

UnB alerta que Anatel não tem respaldo legal para cuidar do digital. Em mais uma etapa dos estudos encomendados pela Anatel sobre desafios do ecossistema digital, a Universidade de Brasília alerta que o regulador de telecomunicações carece de competência legal para cuidar do ambiente. No “Estudo sobre poder social dos serviços digitais”, a UnB aponta que “o espaço regulatório da Anatel no ambiente digital encontra incertezas normativas relevantes nos trilhos de competência que lhe foram atribuídos pela Lei 9.472/97 (Lei

Geral de Comunicações)". Mais do que isso, apesar da "grande liberalidade da lei na distribuição de competências à agência (...) não há, ao menos no feixe normativo previsto na LGT, atribuição de competências para o exercício de poder regulamentar ou moderador no ambiente digital propriamente dito". O aprofundamento da Anatel no tema do ecossistema digital se dá no contexto de sucessivos movimentos do regulador de telecom em busca de regular parte do ambiente online, pelo entendimento de que a competência sobre redes de telecomunicações abre espaço para isso. [Fonte:](#) Convergência Digital

ABINC destaca a importância dos Data Spaces para o avanço da economia de dados no Brasil. Em painel na Futurecom 2024 realizado na quarta-feira, 9, a Associação Brasileira de Internet das Coisas (ABINC) e a International Data Space Association (IDSA) destacaram a relevância dos Data Spaces como pilares para o avanço da nova economia de dados no Brasil. O painel, moderado por Flávio Maeda, vice-presidente da ABINC, reuniu especialistas de peso, incluindo Sonia Jimenez, diretora da IDSA; Isabela Gaya, gerente de Inovação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Marcos Pinto, diretor do Departamento de Competitividade e Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); e Rodrigo Pastl Pontes, diretor de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que trouxeram diferentes perspectivas sobre os desafios e oportunidades dos Data Spaces para a economia de dados no Brasil. Durante o evento, Sonia Jimenez ressaltou que muitas empresas ainda enfrentam barreiras para maximizar o valor gerado pelos dados que coletam, principalmente pela falta de confiança em compartilhar informações. "As empresas geram muitos dados, mas não estão obtendo o retorno esperado. A IDSA surge como uma solução para promover a confiança entre as partes envolvidas no compartilhamento seguro de dados, ajudando a superar as barreiras tecnológicas e gerando benefícios concretos para os negócios", afirmou Sonia". Tiinside